



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 00125/2023

**Número de referência:** CGE-PRC-2023/00157 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

**UNIDADE:** Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de acesso ao processo SPDOC 327833/2019 - CEETEPS. Demanda atendida. Provimento negado.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00125/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão esclareceu que o processo solicitado não se tratava do processo principal, mas sim de um protocolado, que "*é parte integrante dos autos do Processo SPDOC 1037011/2018*" e encaminhou para o solicitante cópia digital do referido processo principal. Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente apelo revisional, cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar, o ente informou ter encaminhado para o cidadão a cópia do CPS /1037011/2018, oportunidade em que reiterou a resposta enviada anteriormente pela Centro Paula Souza. Cientificado, o solicitante demonstrou insatisfação com a resposta da Autarquia e reiterou o pedido inicial, alegando, não ter recebido o documento solicitado.
4. No caso concreto em análise, verifica-se que o órgão forneceu para o cidadão as informações que dispunha; prestou esclarecimentos que entendeu necessários acerca do protocolado SPDOC 327833/2019 e declarou que o referido documento encontra-se juntado nos autos do processo CPS/1037011/2018, cuja cópia foi enviada para o solicitante.
5. Oportuno lembrar que as manifestações de órgãos públicos são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento fixado pela área competente do então Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle em processo ali analisado, que diz: "*A alegação de inexistência de documento / informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa-fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa*

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
**Controladoria Geral do Estado**  
**Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público**

*presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental." (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).*

6. Considerando que o órgão atendeu a demanda do requerente com o envio da cópia do processo SPDOC 1037011/2018, que contém em seu bojo, o protocolado SPDOC 327833 /2019, nos termos da legislação vigente que cuida do acesso à informação, atendendo-se, dessa maneira, ao previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI), e, considerando, ainda, que o ente indicou as razões de fato para o não atendimento da demanda, **conheço do recurso**, e no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, inciso II da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de acesso à Informação - LAI), ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20, incisos I a IV, do aludido Decreto nº 58.052, de 16 maio de 2012.
7. Publique -se. Dé-se ciência aos interessados. Não havendo manifestação do cidadão, no prazo de 10 (dez) dias, archive-se o presente processo.

São Paulo, 19 de abril de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel  
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público